

"Mantendo a memória viva da escravidão e do tráfico": leitura de alguns verbetes do dicionário da escravidão e liberdade

"Keeping the living memory of slavery and trafficking": reading of some guitars of the dictionary of slavery and freedom

Ênio José da Costa Brito

Professor Titular do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciência da Religião da PUC-SP, Coordenador do Grupo de Pesquisa "Imaginário Religioso Brasileiro (Veredas)" e Vice Coordenador do Centro de Estudos Culturais Africanos e da Diáspora (CECAFRO-PUC). E-mail: brbrito@uol.com.br

Gisele Cristina Laranjeira

Psicoterapeuta Junguiana, Membro do Grupo de Pesquisa Protestantismo e Pentecostalismo (GEPP) da PUCSP.

Resumo:

A presente resenha apresenta a síntese de alguns verbetes do *Dicionário da Escravidão e Liberdade*, lançado recentemente pela Companhia das Letras (São Paulo) com a intenção de dar a conhecer um pouco do seu rico conteúdo. Duas atitudes são exigidas diante de uma obra deste nível: a coragem de conhecê-la e a disposição de difundi-la.

Palavras-chave: Dicionário. Escravidão. Liberdade. Tráfico. Trabalho escravo.

Abstract:

This review presents a synthesis of some entries of the *Dicionário da Escravidão e Liberdade* (Dictionary of Slavery and Freedom) recently published by Companhia das Letras (São Paulo), with the intention of making known some of its rich content. Two attitudes are required before a work of this level: the courage to know it and the willingness to disseminate it.

Keywords: Dictionary. Slavery. Freedom. Trafficking. Slave work.

Introdução

“A escravidão foi um sistema, e não um simples conjunto de relações econômicas”. (Stuart Schwartz)

Desde a década de 1970, a historiografia brasileira vem questionando uma ideia que por tanto tempo esteve presente no âmbito da historiografia oficial, a de que era difícil estudar a escravidão no Brasil.

A razão de tal dificuldades estava no fato ocorrido dois anos após a abolição, o da queima dos documentos fazendários, relativos a impostos para evitar a indenização dos fazendeiros escravocratas, por ordem de Rui Barbosa. Na década de 1970, com a profissionalização do ofício de historiador e o lançamento das obras de Ciro Flamarion Cardoso, *El modo de producción en América Latina* (1973) e *O Escravismo Colonial* de Jacob Gorender (1978)¹. Desse período em diante a historiografia brasileira se envolveu definitivamente com as pesquisas relacionadas com a escravidão brasileira.

Rafael Marquese e Ricardo Salles nos lembram que: “A profissionalização do ofício de historiador, isto é, da investigação promovida em programas de pós-graduação com financiamento público e duro trabalho de pesquisa em arquivos, tornou-se a regra”².

Por ocasião do centenário da abolição, em 1988, o tema da escravidão foi muito revisitado ampliando os estudos sobre a cultura, a cosmovisão, a religiosidade e a família escrava, etc. Por ocasião dos 130 anos da extinção da escravidão, a Companhia das Letras lança o *Dicionário da Escravidão e Liberdade*, organizado por Lilia Moritz Schwarcz e Flávio dos Santos Gomes³. Dicionário temático, que ao apresentar cenário, processos, eventos, cultura material e imaterial etc., recolhe o que há de mais significativo no campo dos estudos sobre a escravidão brasileira. Tive oportunidade de participar do lançamento no Teatro Eva Herz, no dia 28 de maio de 2018. Teatro lotado, muita expectativa por parte dos participantes de todas as idades, acolhimento caloroso.

Já publicamos um artigo e o segundo está no prelo⁴, nos quais sintetizamos 35 verbetes, da letra “A” a “L”. Neste terceiro, damos continuidade ao trabalho apresentado os verbetes da letra “M” a “V”⁵, indicaremos o título, o autor e em seguida as anotações. A novidade deste artigo está nos breves comentários ao final de cada verbete. Convidamos a psicoterapeuta Junguiana Gisele Cristina Laranjeira, que no momento cursa o Programa de Ciência da Religião da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, para comentar as sínteses. Comentários que nos convida a pensar no processo de descontextualização da escravidão em curso no país. Nosso desejo é de que os leitores tendo este primeiro contato com o rico conteúdo dos verbetes, não resistam a tentação de ir ao original.

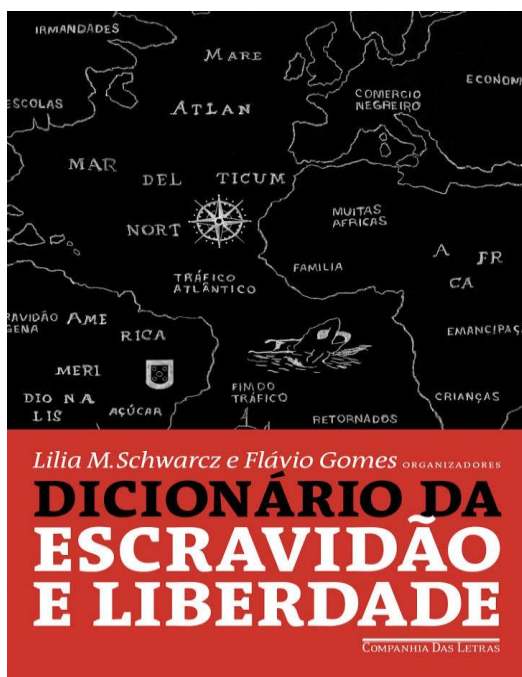
¹ CARDOSO, Ciro Flamarion. *El modo de producción en América Latina*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1973; GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1978.

² MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo (Org.). *Escravidão e capitalismo histórico no século XIX*. Cuba, Brasil e Estados Unidos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

³ SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos. *Dicionário da Escravidão e Liberdade*. 50 Textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

⁴ BRITO, Ênio José da Costa. Notas de Leitura: Verbetes das Letras “A” e “C” do Dicionário da Escravidão e Liberdade. In: *Rever*, v.18, nº 2, mai/ago, 2018, p.217-231; o segundo está no prelo e intitula-se Notas de leitura do dicionário da Escravidão e Liberdade.

⁵ Nas sínteses indicaremos as páginas do Verbetes.

Figura 1: Dicionário da Escravidão e Liberdade

Fonte: Google Books, 2018.

Breve síntese dos Verbetes

Memória do Cativoiro

- Hebe Mattos
- Robson Luís Machado Martins

Em “Memória do Cativoiro”, Hebe Mattos Robson Martins deram a conhecer a história e a memória da última geração de africanos escravizados no Brasil das antigas áreas cafeeiras do Sudeste (Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo). “No conjunto, são muitos os depoimentos que falam de antepassados africanos, de indígenas ‘pegos a laço’ também ilegalmente escravizados, da separação de famílias no tráfico interno, e sobre a dor da preterição dos próprios filhos, na hora da amamentação, pelas amas de leite escravizadas” (p.310). Além dos dados acima apontados, a pesquisa constatou que muitos ex-cativos permaneceram na região valorizando seus laços comunitários e familiares e alguns tornaram pequenos proprietários. Nos seus relatos preferiam usar os termos “cativo” e “tempos do cativoiro” demonstrando aguda consciência histórica. No caso do litoral fluminense, a pesquisa constatou serem descendentes de trabalhadores escravizados das chamadas “fazendas de engorda”, estabelecimentos rurais com pequenos portos, que davam apoio aos desembarques clandestinos⁶. A análise de gestos, performances e religiosidades revela diversas formas de memória coletiva. Com

⁶ Para uma primeira aproximação do tema dos desembarques coletivos ver, RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio. Propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. Campinas: Editora UNICAMP/CECULT, 2000.

relação ao tempo do pós-abolição há uma convergência sobre a importância das políticas públicas da Era Vargas e sobre os direitos culturais obtidos na Constituição de 1988. Constatou-se também, a preocupação com a manutenção da herança centro-cultural africana expressa no jongo/caxambu, patrimônio imaterial do Brasil desde 2005. “As pesquisas com a memória familiar dos descendentes dos últimos cativos africanos têm contribuído para quebrar a invisibilidade de seus antepassados, ao mesmo tempo em que reconstrói a história dos diferentes significados políticos assumidos por sua memória e legado cultural” (p.313). Os dados coletados estão arquivados no Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense (Labhi-UFF).

Comentários

Nossa História, infelizmente, ainda é uma colcha de retalhos com rasgos, buracos e fios que nunca se ligam a retalho algum. A exímia arte de buscar as linhas nas tonalidades mais precisas, emendá-las aos fios soltos, aos retalhos que faltam, demanda não apenas uma profunda devoção à História Nacional e seus povos, mas uma perfeita valentia em tempos de soberba pseudo-intelectual. Mattos e Martins recolhem os fios soltos nas palavras deixadas pelos últimos filhos da escravidão – uma época tão levemente tratada pelo nosso presente. Negros e indígenas deixaram seus depoimentos e suas estórias, suas memórias, suas tradições e crenças, como peças a serem remontadas no quebra-cabeça da diversidade brasileira. Somos mistos de alma e de corpos, pois nossas memórias, tradições e crenças se misturam às dos cativos e molduram nossa cultura atual. Ainda bebemos do leite das amas, ainda nos fartamos dos cafés feitos por escravizados, e no final do dia, nos exaltamos nas redes sociais como legítimos democratas brasileiros! É fim de 2018, mas ainda somos tão escravistas e tão escravos como éramos antigamente – talvez, nas entrelinhas, nos fios escondidos pela costura malfeita, mas que empobrece e disforma a nossa colcha patriota.

Mineração Escravista

***Douglas Cole Libby**

Douglas Cole Libby, em “Mineração Escravista” oferece dados para a compreensão do início, desenvolvimento e o declínio da escravidão na imensa região, que viria a ser conhecida como Minas Gerais. Antes mesmo da descoberta de ouro, desde as primeiras décadas do século XVII, os escravizados estavam presentes na região acompanhando os bandeirantes paulistas e os criadores de gado baiano. Mesmo, com a entrada de escravizados africanos, vindos das regiões do oeste da África subsaariana, após a descoberta do ouro, os indígenas foram escravizados durante todo o século XVIII. “A própria documentação da época tendia a encobrir a escravidão nativa, uma vez que esta era

considerada ilegal pela coroa” (p.315). De início havia um certo controle com relação a entrada de africanos, que durou até a segunda metade do século XVIII, no entanto, frente a demanda de mão de obra foi abandonado. Os portos de Salvador, até 1730 e do Rio de Janeiro a partir de 1730, forneceram mão de obra escrava para a mineração. Fontes fiscais confirmam o crescimento vertiginoso da população escrava, no início de 1710 havia cerca de 31.500 escravizados, em 1728, o número atingiu 524.000 mil. As terras eram distribuídas segundo o número de escravos (1702), o trabalhador escravo correspondia a 2.5 braças de terra (55 metros).

A estratégia adotada para manter a produção: cota diária de oitavas de ouro por escravo, o que ultrapassava pertença ao cativo. Dinâmica que favoreceu a obtenção de alforrias por coarctação, isto é, pagamento e prazo. As mulheres envolvidas em inúmeras atividades, também obtiveram alforrias. Em Minas, ocorreu uma desconcentração da propriedade escrava entre pequenos e médios proprietários. Ex-escravos e descendentes, possuíam escravos. A criação das irmandades leigas, um dos esteios da sociedade mineira, teve a frente os escravos africanos⁷. As Igrejas dedicadas a N. Sra. do Rosário se espalharam pela capitania. Outros oragos importantes eram N. Sra. das Mercês, Sta. Efigênia, São Benedito.

Com frequência escravizados mineiros constituíram família, seja em uniões formais ou não formais e “contribuíram para o crescimento da parcela nativa/crioula da escravaria alimentando o processo geral de crioulação do segmento escravos de Minas” (p.319). Ao longo do século XVIII, 30% da população era escrava e preocupava as autoridades. A mineração conviveu com quilombos desde seu início, o mais importante foi o Quilombo do Ambrósio. A revolta mais importante a da Carrancas, em 1833. Primeiro, o abastecimento, em seguida, o complexo cafeeiro (1830) na Zona da Mata absorveu a escravaria proveniente da mineração. Após a Lei do Ventre Livre, em 1871, diminuiu o apoio social e político a escravidão. Defendida por alguns proprietários, mas “a maioria dos mineiros pouco se importava em despachar um sistema que já perdera sua utilidade social na região” (p.321).

Comentários

O texto de Douglas Cole Libby pretende nos mostrar a construção da população mineira, a partir da escravidão de negros e índios, mas revela também a naturalidade da corrupção das leis ainda diante

⁷ Um trabalho pioneiro sobre as irmandades é o de SALLES, Fritz Teixeira de. *Associações religiosas no Ciclo do Ouro*. Introdução ao estudo do comportamento social das irmandades de Minas Gerais no século XVIII. São Paulo: Perspectiva, 2007 [1963]. Para uma visão mais geral das Irmandades ver BRITO, Ênio José da Costa. *Leituras Afro-Brasileiras*. Contribuições Afrodiáspóricas e a formação da sociedade Brasileira. Jundiaí: Paco Editorial, 2018, p.115-160.

da Coroa, em prol do mercado de mão de obra e seu conseqüente lucro. A lei está abaixo do ouro desde que o ouro reluziu aos olhos estrangeiros nas terras tupiniquins. E os escravizados pelo ouro – indígenas, negros e estrangeiros – fincaram morada em Minas Gerais, constituíram família e constituíram suas próprias leis. Construíram igrejas e réplicas de escravidão – ambas fortes construções que perduram até hoje.

Mortes e Rituais Fúnebres

***Cláudia Rodrigues**

Cláudia Rodrigues, em “Mortes e Rituais Fúnebres” mostra como o cativo africano se institui como um importante elemento de distinção jurídica e social.” A maior ou menor proximidade da escravidão ou da liberdade exerceria significativo impacto sobre ações do cotidiano, visões de mundo e rituais, a exemplo dos funerais” (p.322). No entanto, está ciente de que não se pode classificar os ritos só em função da condição social. Rituais diferentes da elite e dos escravos apontavam para a diversidade de posições, origens e vínculos sociais do morto. No século XVII, criou-se um cemitério específico para os “pretos novos”, onde ocorriam enterramentos degradantes, à flor da terra⁸. Uma prática muito comum entre 1740 e 1750 era o abandono pelos senhores de escravos mortos em terrenos baldios ou praias, apesar da condenação da Igreja esta prática perdurou. Muitos pretos forros, pretos e mulatos ou pardos livres tiveram sepultamento digno, graças as estratégias criadas em vida.

Algumas escravas foram enterradas com toda a pompa como Chica da Silva (1776) e a preta forra, viúva, Jerônima Gomes (1793). Eram sepultados no interior das Igrejas não só os brancos, mas, também, escravos. Escravos africanos nas igrejas das irmandades e crioulos na igreja matriz, mostrando que os valores da distinção social e a busca de privilégios não ficou coarctada só na elite “branca”, havia “elites negras” com seus privilégios. O grau de africanização dos funerais variou ao longo dos tempos, a princípio havia muita interferência dos senhores, gradualmente, cresceu a presença de elementos afro nos sepultamentos. Viajantes (século XIX) descreveram suntuosos funerais de escravizados. A entrada nas irmandades era motivada pelo desejo de ter funerais dignos, importante, para a manutenção da ligação com os ancestrais. “É importante destacar, porém, que aos africanos e/ou cativos, cujos ritos fúnebres se diferenciavam dos da multidão escrava que viveu, sofreu e morreu naquela época, eram apenas exceção no universo de precariedade, descaso e mesmo abandono em que viveram milhares de africanos e seus descendentes” (p.327).

⁸ Recomenda-se o belo estudo sobre o cemitério dos “pretos novos” de PEREIRA, Júlio César Medeiros da Silva. *À flor da terra: o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Gramond Universitária; Iphan, 2007.

Comentários

O ritual da morte é uma demonstração do papel do indivíduo em vida, e a forma como essa se encerra. Rodrigues nos aponta como esse ritual deve ser observado para melhor compreendermos as relações sociais da época e as condicionalidades de um status social. Comenta, a autora, sobre negros enterrados dentro de igrejas - como se dava isso? Como eles conseguiam esse privilégio? A hierarquização entre os indivíduos dentro de uma mesma classe e as relações de poder são observadas em todas as esferas do convívio humano. O descaso com que muitos tratavam a morte do escravo nos leva a uma importante reflexão sobre a nossa própria apatia, diante do massacre de tantos descendentes africanos, mesmo depois da abolição.

Movimentos Sociais Abolicionistas

***Wlamyra Albuquerque**

Para Wlamyra Albuquerque, em “movimentos sociais abolicionistas”, a agitação negra desestabiliza a lógica escravista, pois, “construíram caminhos para a falência do mundo governado por proprietários de pessoas” (p.328). O medo de convulsões sociais, os rumores de revolta colocavam na pauta política a extinção do escravismo. Iniciado na década de 1860, o movimento abolicionista contou com a contribuição de negros como Luís Gama, José do Patrocínio, André Rebouças, Ferreira de Meneses, Manuel Querino entre outros⁹. Gradualmente, a campanha abolicionista agregou associações de auxílio mútuo, associações de trabalhadores (pedreiros), associações de ofício. Na corte, em 1880 foi criada a Sociedade Brasileira contra Escravidão, dela participaram José do Patrocínio (1854-1905) e André Rebouças (1858-1898), eles defendiam uma abolição sem indenização e acompanhada de benefícios para os libertos, como concessão de terras, educação etc. Os jornais, entre eles, o *Jornal do comércio*, o *Typographo* transformou suas redações em espaço crítico.

A Confederação Abolicionista foi fundada na redação da *Gazeta da Tarde*. O contundente manifesto lançado por ela teve como redatores José do Patrocínio, Aristides Lobo e André Rebouças. Na década de 1880, ações mais radicais foram realizadas pelos Caifases, em São Paulo, e na Bahia, por Eduardo Carigé, incansável abolicionista. Depois de 13 de maio de 1888, exalta-se a princesa Isabel e os políticos, deixando na sombra coiteiros, caifases, saveiristas, tipógrafos, capoeiras, músicos, escravos

⁹ O movimento abolicionista é estudado amplamente por ALONSO, Ângela. *Flores, votos e balas*. O movimento abolicionista brasileiro (1868-1888). São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

libertos e livres pobres que participaram das lutas abolicionistas. Eles, “interpretaram a assinatura da Lei Áurea como apenas mais um passo em direção aos propósitos da campanha abolicionista (p.333). Para a autora, “a luta pela liberdade não foi concluída em 1888, resta a construção da igualdade” (p.333).

Comentários

O texto de Albuquerque é incisivo quando nos demonstra que, essencialmente, a questão abolicionista não foi meramente um movimento caridoso, em prol do outro – haviam questões políticas muito bem enraizadas em seu contexto. E como em todo espetáculo, escolhe-se os atores mais carismáticos para representar os papéis mais importantes: uma princesa rompendo tradições, é um enredo e tanto! Mas a peça não nos apresenta toda a trama por trás da coxia: os autores, os roteiristas, os cenógrafos, os maquiadores, os iluminadores, os faxineiros! Somente o elenco de atores recebe seus aplausos e fecham-se as cortinas. E há ainda quem pense, que é nesse momento que se encerra todo o trabalho! Há de se desmontar o cenário, despir as fantasias, apagar as luzes, limpar o teatro. Assim, também acreditamos que bastava uma assinatura! Albuquerque que o diga, não entendemos nada de espetáculos da vida.

Mulher, Corpo e Maternidade

***Maria Helena Pereira Toledo Machado**

A historiografia tradicional reconhece apenas a figura do escravo, como se este fosse isento de gênero e sexo e pudesse ser inserido numa categoria única. Em “Mulher, Corpo e Maternidade”, Maria Helena Pereira Toledo Machado visa corrigir essa distorção, resgatando a questão de gênero na escravidão. A nova historiografia mesmo tendo resgatado a família escrava não foi capaz de reconhecer, “as diferentes implicações do casamento e da maternidade na vida de homens e mulheres escravizados” (p.334). Desafios e riscos consideráveis foram vividos por mulheres que foram esposas e mães: dupla jornada de trabalho, dupla sujeição – ao senhor e ao marido. A condição *sine qua non* para se pensar o papel da maternidade na escravidão é ter presente que homens e mulheres experienciaram o sistema e partir de lugares distintos e submetidos a diferentes níveis de opressão. A mulher ocupa um papel central na constituição da escravidão atlântica, como trabalhadora e reprodutora, gerando um lucro duplo para os senhores, mostrando ser o corpo o *locus* próprio da escravidão. “O mais importante princípio legitimador da escravidão foi o do *partus sequitur ventrem* significando que o/a filho/a segue a condição jurídica da mãe” (p.336). Princípio adotado por Portugal

desde o início de suas práticas escravistas. No Brasil, inúmeros relatos mostram as agruras das mulheres grávidas no trabalho e das mulheres em geral, como estupros, violência sexual endêmica, gravidez não desejada. Eram acusadas pelos senhores e médicos de realizarem aborto e até mesmo infanticídio. No entanto, na cultura africana ter filhos é uma bênção e, ainda o fato de que “produzir laços de afeto e cuidado, criar os filhos, foi sempre uma forma de resistir ao endurecimento da escravidão” (p.339).

A mortalidade infantil era alta, e as mães costumavam ser culpabilizadas. A proibição de separar mães e filhos, no Brasil só ocorreu em 1869, mas a Lei do Ventre Livre recolocou a autoridade parental nas mãos dos senhores. O discurso abolicionista ao eleger a mulher escravizada como símbolo apontando para seu sofrimento, acabou, desqualificando “a capacidade histórica dessas mulheres, sem lhes oferecer o reconhecimento social que mereciam” (p.340). É urgente romper o silêncio das fontes com relação a vida das mulheres e das mães escravizadas”

Comentários

Não há como tecer um comentário a respeito deste verbete sem me sentir tocada como mulher, também. Há uma profunda herança na (in)compreensão do corpo feminino, sendo objeto-propriedade de outro alguém – um marido, um parente ou um senhor. A escravidão se perpetua resquiciosamente nesses reflexos cotidianos. A culpa que é sempre da mãe, a impotência da mulher diante da violência em sua sexualidade e na própria gestação. Nem deveria ser necessário citar que, ainda hoje, as mulheres negras sofrem um duplo preconceito. Há, ainda, muito a se dizer sobre a mulher negra e sua História no Brasil, e esse verbete de Maria Helena Machado ficou marcado na memória.

Navio Negreiro

***Jaime Rodrigues**

Em “Navio Negreiro”, Jaime Rodrigues recorre aos relatos dos traficados, Mahommah Gardo Baquaqua e Olaudah Equiano para traçar uma imagem do próprio navio negreiro. “Embarcar num navio negreiro era motivo de pânico, e resistir era a condição para se manterem vivos” (p.344)¹⁰. Uma crença muito difundida na África era a de que os brancos eram canibais. As revoltas ocorriam com frequência. Uma das causas das revoltas pode ter sido o “pânico de enfrentar uma morte trágica, como a de ser devorado numa terra estrangeira por gente branca” (p.345). A dieta escassa, carne seca, feijão,

¹⁰ Ver REDIKER, Marcus. *Navio Negreiro*. Uma história humana. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

farinha de mandioca e arroz. O escorbuto e a vitaminose ou o “mal de Luanda” ocorriam com frequência. Entre as fontes que permitem descrever o navio negreiro temos as representações artísticas, que revelam o ambiente estreito, inseguro e escuro do porão – representação por excelência do tráfico -, revelam”, também, o tamanho e a disposição do espaço e a quantidade de pessoas. No porão eram separados homens e mulheres. “*Embarcação de Escravos*”, de 1834 do artista inglês Emeric Essex Vidal mostra os escravos amontoados no convés. Alguns navios chegavam a transportar de cem a seiscentas pessoas, em porões insalubres, com pouco água, o que contribuía para as mortes na travessia. Ao longo do tempo, os navios evoluíram, os primeiros escravizados eram transportados em navios mercantes, em seguida, em navios preparados, especialmente, para o transporte de carga humana. A viagem de Luanda para “Recife durava trinta e cinco dias, até a Bahia, quarenta dias, e até o Rio de Janeiro sessenta dias, a isso podiam se somar as calmarias, as quarentenas motivadas por epidemias a bordo ou as paradas para reabastecimento” (p.347).

Nos séculos XVIII e XIX, os traficantes usaram a tecnologia naval disponível para reduzir o tempo de viagem. Para o autor, é difícil definir a aparência dos navios, a arqueologia de naufrágios, peças encontradas em sítios arqueológicos (Valongo), podem ajudar a responder à questão. Manter, hoje, a memória viva da escravidão e do tráfico é da máxima importância, especialmente, num tempo que se busca naturalizar o trabalho forçado similar à escravidão. “É preciso, de outra parte, sustentar a memória coletiva da resistência à escravidão e à desigualdade, legada por nossos antepassados - os trabalhadores escravizados” (p.348).

Comentários

É intrigante perceber como o medo, o pânico é capaz de criar um mito tão robusto e categórico. O homem branco “canibal”, que tanto amedrontava os africanos, podia não comer carne humana, mas simbolicamente, era um devorador de negros. Ao retirá-los de suas terras, despi-los de suas roupas, joias, nomes, deuses e familiares, o branco devorava toda a identidade humana do negro escravizado. Esse canibalismo não se concretizava no corpo biológico, mas infectava e despedaçava o corpo psíquico, o corpo cultural e o corpo social dos africanos. Muito foi devorado, e tão pouco reconstruído.

Pós- Abolição: o dia seguinte

*** Walter Fraga**

Walter Fraga, em “Pós-abolição: o dia seguinte”, mostra como “os significados das intenções, escolhas, expectativas e desencantos que assinalaram esse evento estão longe de esgotar futuras leituras e interpretações” (p.351). O “treze de Maio”, mesmo deixando de ser um dia qualquer do calendário, carrega as ambiguidades e dilemas da própria abolição, ao questionar as bases constitucionais costumeiras e legais da escravidão. Cerca de 10 mil pessoas ovacionaram a Princesa Isabel, quando proclamou a Lei. Foi comemorada intensamente nas províncias, em Recife, Salvador e Fortaleza, o povo celebrou festivamente. Fraga observa que, “se para os abolicionistas baianos o treze de Maio era um desdobramento do dia 2 de julho de 1823, data da independência do colonialismo português, para os pernambucanos a relação era com o dia 25 de março de 1884, quando jangadeiros e populares aboliram o tráfico interno de escravos e a escravidão na província do Ceará” (p.354).

Os “Treze de Maio”, como os libertos passaram a ser chamados, não seriam meros expectadores, participaram dos festejos organizados pelos abolicionistas e passaram a questionar e desobedecer os senhores. Aos olhos desses tudo não passava de atos despropositados, frutos da embriaguez. No recôncavo baiano os ex-escravizados recusaram as velhas relações escravistas, vistas como “continuação do cativeiro”. Ocuparam terras abandonadas e passaram a cultivá-las, “tais iniciativas sem dúvida demonstram que, para aqueles libertos, a liberdade alcançada no 13 de Maio estava conectada ao desejo de possuir terras” (p.354).

As autoridades passam a controlar a população liberta, alegando vadiagem e insubordinação, no fundo uma tentativa de limitar a liberdade dos egressos. “Nos anos iniciais do Brasil republicano recrudescer o controle sobre os candomblés, batuques, sambas, capoeiras e qualquer outra forma de manifestação identificada genericamente como ‘africanismos’” (p.356-357). Até 1920, no recôncavo o treze de Maio continuou sendo comemorado como o dia da liberdade, nos anos de 1930, a Frente Negras Brasileira (FNB) fez deste dia um dia de denúncia e reatualização de antigas reivindicações. As celebrações nos redutos negros resistem até hoje, como em Cachoeira e Santo Amaro na Bahia.

Comentários

Esse verbete é substancialmente importante em qualquer trabalho que busque compreender a dinâmica da teoria pós-colonial. Logo após a abolição, o Brasil teve que lidar com uma profunda questão filosófica – para qual, talvez nem estivesse maduro o suficiente para responder: afinal, o que

é liberdade? É ter um punhado de terra e cultivar, como fizeram alguns ex-escravos?¹¹ Ou é vadiagem e insubordinação, como acreditaram algumas autoridades? Afinal, o que se fazer com essa tal liberdade? Não havia uma resposta pronta e, apesar da alegria da conquista, muito pouco se avançou nesses 130 sobre o que é realmente liberdade – quando em 2018 ainda nos deparamos com brigas por terra e a truculência policial com jovens negros da periferia.

Processos Políticos da Abolição

***Ângela Alonso**

Em “Processos Políticos da Abolição”, Ângela Alonso acompanha a tramitação da abolição no sistema político e na sociedade brasileira. Entre 1868 e 1871, ocorreu o primeiro ciclo de mobilização abolicionista, sob a liderança de André Rebouças, Luís Gama e Abílio Cesar Borges, que procura ocupar o espaço público com associações, conferências, concertos e jornais. Esse ciclo se encerra com a aprovação da Lei do Ventre Livre, por obra do Barão do Rio Branco, em 1871. O segundo ciclo tem início quando o Partido Liberal assume o poder, em 1878. Período de intensa atuação de Joaquim Nabuco, José do Patrocínio e André Rebouças. A Confederação Abolicionista (CA) criada por Rebouças e Patrocínio coordena a propaganda e a campanha de libertação de territórios, compra ou cessão voluntária de alforrias, em áreas contíguas. Em 25 de Março de 1844, o Ceará declara a abolição. “Até então o sistema político tolerava os protestos e retardava novas medidas. A libertação da província inteira alterou o jogo político” (p.361).

Um novo ciclo inicia-se com o processo político deslocando-se da rua para as instituições. O liberal Manuel de Sousa Dantas assume o governo, em junho de 1884, propõe um projeto de abolição gradual. A forte reação conservadora derruba o governo. Assume Antonio Saraiva que desconfigura o projeto Dantas. “Abolia-se o tráfico interprovincial, mas flexibiliza-se o registro dos escravos, facilitando legalizar a posse dos contrabandeados entre 1831 e 1850” (p.362). Nova troca de governo, assume o conservador Barão de Cotegipe, que aprova a lei nº 3270, a Saraiva –Cotegipe (“dos Sexagenários”). Quando a agenda institucional e o espaço público se fecham, os abolicionistas elegem a desobediência civil. Em 1887, a imprensa abolicionista convoca para a luta armada. Alguns fatos pesaram para que o governo decidisse pela abolição, como a recusa do Exército em perseguir os fugitivos, a carta do Papa pró-abolição. João Alfredo Correia de Oliveira substitui Cotegipe com o propósito de encaminhar a questão servil. O Projeto de Rebouças da democracia rural é rejeitado,

¹¹ Para acompanhar de perto a saga de descendentes de escravizados ver, SILVA, Egnaldo Rocha da. *Campesinato negro: conflito e luta pelo acesso e permanência na Terra do Baixo Sul da Bahia (1950-1985)*. Tese de Doutorado em História Social. São Paulo: PUCSP, 2018.

vota-se um projeto que atenda tanto escravistas quanto abolicionistas. “Final melancólico para uma campanha de duas décadas, que envolveu milhares de pessoas, entre homens e mulheres, brancos e negros, e constituiu o primeiro movimento social do Brasil (p.364).

Comentários

Ângela Alonso apresenta o desenvolvimento da luta abolicionista, pautada em 3 ciclos: o primeiro introduz o tema à população através das artes e dos meios de notícias; o segundo, desponta alguma influência política em seu cenário e o terceiro, por fim, culmina na luta armada. É importante notar a presença de toda espécie de figura nesse movimento, que desenha muito bem o que o verbete de Albuquerque nos trouxe. Não foram poucos os envolvidos na luta; não foram somente os intelectuais e os nobres – da sensibilidade dos artistas à coragem crua dos que se colocaram às ruas para o propósito abolicionista, muitos personagens merecem maior e melhor destaque nessa História.

Quilombos / Remanescentes de Quilombos

*** Flávio dos Santos Gomes**

Em “Quilombos/Remanescentes de Quilombo”, Flávio dos Santos Gomes apresenta os quilombos rurais e urbanos, suas atividades e lutas para sobreviver. A primeira informação que se tem de um mocambo é de 1575, localizado na Bahia, só em 1740, a legislação colonial definiu o que seria um quilombo, “ toda a habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões” (p.367-368). Uma prática constante dos inúmeros quilombolas presentes na zona rural e nas cidades era de se articular com as lógicas econômicas das regiões vizinhas. Práticas presente nos quilombos do Amapá, Minas Gerais, Rio de Janeiro. “Palmares foi o mais importante quilombo do Brasil. Surgiu na capitania de Pernambuco nas últimas décadas do século XVI, sendo que a primeira referência aparece em 1597” (p.369).

Constituído por inúmeros mocambos, no do centro denominado Mocambo Macaco morava o rei. As tentativas de destruição ocorreram entre 1660 e 1670. Só foi vencido, em 1695, pelas grandes expedições comandadas pelo bandeirante Domingos Jorge Velho. A proposta de paz, feita a Ganga Zumba, em 1678, não avançou devido a divisões internas. Todos os líderes Ganga Zumba, Zumbi (20/11/1695) e Camoanga foram assassinados. Até 1736, notícias de quilombos circulavam em Alagoas. A organização dos quilombos brasileiros tomou várias formas, comunidades independentes ou transitórias, comunidades de roceiros com economia estável ou móvel. Em geral, se constituíam em terras de fronteiras econômicas abertas. Quilombolas eram em geral, escravizados fugidos, muitos

lutavam por melhores condições de vida e trabalho nas fazendas. Alguns quilombolas eram itinerantes. Quilombos urbanos estavam presentes em todas as grandes cidades¹². No pós-abolição tem-se a constituição do campesinato negro e a proliferação de comunidades negras rurais. Na atualidade, já foram encontradas 5 mil comunidades remanescentes. A Constituição de 1988 garantiu o direito possessório das terras ocupadas e herdadas. No entanto, os órgãos estaduais e federais são morosos na concessão da titulação.

Comentários

Quilombos era a forma mais bem estruturada de resistência à escravidão, e uma tentativa do povo africano de se sobreviver à nova terra, com suas particularidades modalidades de subsistência. Ao buscar se articular com as regiões vizinhas, os quilombolas desenvolviam uma cultura própria diversificada, que lhes davam a possibilidade de viver num país totalmente desconhecido.

Religiosidades

***Luís Nicolau Parés**

Em “Religiosidades”, Luís Nicolau Parés, nos introduz no rico mundo das religiões afro-brasileiras. “Os saberes, cosmovisões e práticas rituais trazidos pelos africanos ao Brasil foram muito diversos e experimentaram contínuas transformações até se organizarem nas religiões ‘afro-brasileiras’ ou de ‘matriz africana’ que hoje conhecemos” (p.277). O Tambor de Mina, o Xangô e o Candomblé do Nordeste são fortemente influenciados pela cultura dos povos jejes e nagôs (falantes de língua gbe e yorubá, enquanto, o Candomblé de Caboclo, a Cabula (hoje extinta), a macumba e a quimbanda pelos povos Kongo-angola (falantes de língua bantu). Estas formas de religiosidade mais africanizadas e mais abasileiradas, tem um denominador comum: práticas celebrativas e de cura, o fenômeno da possessão ou da mediunidade, facilitador do trânsito entre elas. Compartilham, ainda, a crença no *orum* e no *aiyé* e que as entidades do *orum* são responsáveis pela vida aqui na terra. A comunicação com o mundo invisível está a cargo de especialistas. Religião presente no dia a dia, de teor pragmático, orientada para solução dos problemas deste mundo. As notícias do Calundu com suas danças, fenômenos de possessão, adivinhação (“dar ventura”) são do século XVIII e XIX. Congregações em casas e roças tinham um perfil étnico ou familiar (família de sangue/ família de santo). Só no século XIX, se dão as condições econômicas para agregarem comunidades religiosas maiores. Cada casa

¹² Um quilombo urbano muito famoso é o do Leblon ver, SILVA, Eduardo. *As camélias do Leblon e a abolição da escravatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

tem seus protocolos, seu pertencimento étnico e suas particularidades litúrgicas. Os terreiros de candomblé mais antigos estão na Bahia – Casa Branca, O Gantois ou o Alaketu . Nos sertões, o intercâmbio com os indígenas se dava nos torês, na pajelança, no jurema e no catimbó. Nos estados do Norte, o intercâmbio religioso –cultural foi intenso. Perseguida pela Igreja e pelo Estado, as religiões afro resistiram, os terreiros se tornaram lugar de resistência e de reconstrução de identidades negras. Na atualidade, a tensão se faz presente nos terreiros, que sofrem a intolerância de um novo fundamentalismo cristão.

Comentários

A religiosidade africana é particularmente rica em sua mitologia, ritualística e diversificações. Ainda assim é uma religiosidade fluida, capaz de se entranhar nas raízes de uma terra estrangeira e ali germinar novas culturas religiosas. Apesar dos constantes ataques contra suas formas de rituais e crenças, as religiões afrodescendentes mantêm sua profunda relação com a religiosidade brasileira, nas mais diversas e atuais formas de expressão religiosa.

Retornados Africanos

***Luciana Brito**

A incrível história dos retornados à África entre os séculos XVIII e XIX é resgatada por Luciana Brito, em “Retornados Africanos”. Ao retornarem, mesmo sendo de diversas etnias, adotam a identidade brasileira. “A categoria ‘brasileiro’ formava um verdadeiro guarda-chuva identitário, que se sustentou nessa experiência comum vivida no Brasil escravista “(p.387). Marcador importante da identidade brasileira a religião católica praticada pelos retornados era um catolicismo negro popular, visibilizado nas irmandades, na festa do Senhor do Bomfim e em outras manifestações religiosas. Calcula-se que de 3 a 9 mil voltaram entre os séculos XVIII e XIX, vindos de Salvador, após a revolta dos Malés (1835), especialmente, depois da publicação da Lei nº 9 pela Assembleia Provincial Legislativa da Bahia e também do Rio de Janeiro. A aceitação da deportação por parte dos africanos não foi pacífica, recorreram à justiça, pediram tempo para se preparem. “Os motivos da volta para a costa africana variavam de acordo com a política e a economia no Brasil e com as condições na própria África” (p.386).

Assim, na década de 1840, a volta era motivada pelo lucro gerado pelo tráfico, intenso no período. “Essa Bahia que reinventaram na costa africana não era a Bahia da repressão às suas práticas religiosas e da proibição de seus modos de ser e de viver” (p.388). A população local não via com

bons olhos os retornados, mas eles souberam refazer a vida, com trabalho, competência e criatividade no comércio, na política na constituição de bairros Brasileiros. Transformaram-se numa elite local que contribuiu para o desenvolvimento em Lagos, Benim e Togo. Vale lembrar as figuras de Francisco Félix de Souza, o Chachá (Vice-Rei)¹³, importante traficante e Francisco Olympio um de seus descendentes tornou-se presidente do Togo, Sylvanus Epiphamio Kwami Olympio. Essa elite negra só perdeu poder com o colonialismo europeu. Os agudás não perderam o contato com o Brasil, as viagens de ida e volta eram frequentes. “Na volta para a África, selecionaram a memória do Brasil que desejam recriar: aquela que fundava possibilidade de lucros e autonomia financeira, inclusive com negócios relativos à escravidão. Também mantiveram a memória do país e da rica cultura negra e popular que conheceram” (p.391).

Comentários

Este verbete foi uma descoberta, pois eu não tinha conhecimento de que africanos retornavam para a África (muito menos, com a identidade brasileira). Ao retornarem, levavam consigo os preceitos católicos – agora reinterpretados pela cultura negra, o que estabeleceria um eixo completamente novo dessa religiosidade. Levam consigo práticas e hábitos miscigenados da cultura africana e brasileira, mesclando suas particularidades numa terceira e única forma de viver. O texto aponta como, apesar do preconceito da população local, esses “brasileiros” refizeram sua *vida com bastante sucesso* – *ainda que um sucesso baseado no tráfico de escravos*.

Revoltas Escravas

*João José Reis

João José Reis aponta para a presença constante de revoltas individuais e coletivas, especialmente, no século XIX, em “Revoltas Escravas”. Africanos e crioulos envolveram-se nos processos de rebelião, entre os africanos sobressaíram os *yorubás* (nagôs) e *haussás*, estes com experiências bélicas. As revoltas ocorreram mais na Bahia e menos no Sul, onde era forte a presença bantu. Os *haussás* lideram as revoltas ocorridas na Bahia, entre 1897 e 1814, documentos escritos comprovam. As revoltas de 1814 e 1815, na região dos engenhos foi liderada por nagôs na concepção e execução.

¹³ Ver a bibliografia escrita por COSTA e SILVA, Alberto. Francisco Félix de Souza. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 2004. Para Luiz Felipe Alencastro “Chachá, conselheiro de Gezo, o rei do Daomé, e homem de influência na Costa dos Escravos (cobrindo parte dos atuais territórios do Togo, Benin e Nigéria), desafiou a marinha de guerra britânica e a ordem internacional de sua época para dar continuidade ao tráfico negreiro” Cf. Um empresário do submundo. Folha de São Paulo+ Mais, domingo 22 de agosto de 2004.

Na década de 1820, ocorreram quinze levantes, com significativa presença de cativos recém importados. Na década de 1830 acontecem na cidade, liderada por mestres mulçumanos nagôs, a mais significativa a Revolta dos Malês (1835). “Diferentemente do ocorrido na conspiração de 1807, não se verificou violenta oposição ao catolicismo, seus símbolos e seus seguidores” (p.395).

Para alguns historiadores, esta revolta teria sido uma jihad, para Reis não há provas. No entanto, “em todo o Brasil elementos místicos e mágicos da religiosidade de raiz africana emergiram em conexão com conspirações e revoltas escravas” (p.395). Muitos são os exemplos, as conspirações de Campinas (1832) e Vassouras (1838), o levante no Maranhão (1835), liderado por Cosme Bento das Chagas, as rebeliões no Vale do Paraíba de devotos de Santo Antônio (1847) e na Vila de Queimados, em Itapemirim (1849). “Esses rebeldes buscaram a liberdade através de uma linguagem, religiosa, sincrética, algo muito próximo da Umbanda” (p.396).

A “Era das Revoluções” influenciou a rebeldia negra nas Américas e no Brasil, em especial a trajetória abolicionista, que contou com a participação constante e ativa dos escravizados.” Suas ideias de liberdade com frequência se chocavam com a visão gradualista do abolicionismo oficial, porque eles faziam suas próprias leituras, muitas vezes radicais “(p.397), como em Campinas (1832) e em Carrancas (1831) (MG). A Lei de 1831 e de 1850 foram interpretadas em várias partes como sendo emancipacionista. O tema da abolição já se fazia presente bem antes nas revoltas escravas. “Se agora nem todo o levante visava a liberdade definitiva, em épocas anteriores nem todo levante visava reformar a escravidão apenas dos envolvidos” (p.398).

Comentários

As revoltas encontravam um modelo de pensamento no âmbito religioso, e como comenta o autor, que fosse também “sincrética” – capaz de abraçar todas as particularidades de nações e indivíduos que estavam num país estrangeiro, em uma situação deplorável como a escravidão. O pensamento religioso era capaz de unificá-lo, e certamente, também de fortalece-los emocionalmente diante das adversidades na luta contra a escravidão.

Teorias Raciais

***Lilia Moritz Schwarcz**

Lilia Moritz Schwarcz, em “Teorias Raciais”, toma como ponto de partida a afirmação de K. Appiah: “insistir com a noção de raça é elementos desolador para aqueles que levam a sério a cultura e a

história” (p.408), para rastrear o uso e o desuso do conceito. Viajantes e cronistas elogiaram a natureza brasileira e desqualificaram os nativos como degenerados. Visão que não desapareceu, nem com a bula de Paulo III (1524), que afirma que os nativos têm alma; nem com a visão positiva de Montaigne e de Jean Jacques Rousseau. O Conde de Buffon (1749), por exemplo, os considera crianças e Cornelius de Pauw como degenerados. As teorias relacionadas com a compreensão da humanidade presente no Novo Mundo, se multiplicam: monogenismo, poligenismo, evolucionista, Darwinismo radical, determinismo social e a da miscigenação vista como racial e social. Esses saberes sobre as raças levou a eugenia - termo criando por Francis Galton, em 1883 -, que liga a capacidade humana a hereditariedade, pressuposto básico da antropologia criminal de Cesare Lombroso (1876). Teoria que dialoga com a “frenologia” e a craniometria, que aponta antídotos para prevenir ações criminosas. “Em comum reinava a certeza de que a raça era conceito crucial a distinguir hierarquias entre povos e a cindir a própria humanidade” (p.407).

As diferenças foram naturalizadas pelo conceito de raça que, também deslocou a curiosidade relacionada com o diverso para dar lugar a “ciência do diferente”. No Brasil do século XIX, - laboratório vivo de raças -, calou fundo o tema da degeneração. “As teorias raciais entrariam em cheio na agenda local e passariam a regular a compreensão da vasta população africana...” (p.408). O início do abolicionismo gradual recoloca na pauta política o tema da igualdade, para lembrar, respaldada, agora, na ciência, que “os homens não nasciam iguais”. A miscigenação é condenada por Silvio Romero, Tobias Barreto, Nina Rodrigues e Renato Kehl – este defensor da eugenia e do apartheid social. Essas novas modas intelectuais são traduzidas, sinteticamente pelo dito popular “A liberdade é negra mas a igualdade é branca” (p.409). A promessa republicana da igualdade não saiu do papel. Na atualidade, raça como perspectiva biológica tem peso e presença na construção da história social, nos discursos nacionalistas e como marcador social que diferencia e classifica.

Comentários

A frase de Appiah enfatizada por Lilia Schwarcz é fundamentalmente pesadosa, quando no entendimento da construção do preconceito racial ainda nos deparamos com uma certa apatia em visualizar também a pena acadêmica. O preconceito não é restrito à ignorância das massas; ele se encontra nos livros, nas ciências, nas artes, em famosos eruditos. Como podemos dissociar o pensamento social do pensamento acadêmico, quando um é influenciado pelo outro, em uma via de duas mãos? Talvez seja preciso que a ciência se apodere de seus enganos, e com força estabeleça suas posições na reconstrução da civilidade.

Trabalhadores Livres e escravos

*** Marcelo Mac Cord**

*** Robério S. Souza**

Os autores, em “Trabalhadores livres e escravos”, oferecem dados para a desconstrução do imaginário coletivo, que fez do 13 de maio um divisor de águas na história do trabalho brasileiro e na formação da classe operária brasileira. “Toda a vez que acionamos o imaginário coletivo sobre a Lei Áurea, naturalizamos uma série de estereótipos construídos historicamente e reforçados pela memória social” (p.410). A “preguiça”, o “atraso”, a “incapacidade” da mão de obra escrava de se adaptar ao capitalismo brasileiro e a emergente sociedade de classes, teria levado o governo e a elite escravocrata, a buscar na imigração a solução. “Esse tipo de concepção excludente até hoje ecoa entre aqueles que tentam justificar nossas profundas desigualdades étnicas e sociais” (p.411).

Vale lembrar que a maior parte dos negros já estava livre e liberta quando da proclamação da Lei Áurea. Não se pode, também, limitar a luta pela liberdade as alforrias, os escravizados conquistaram espaços de autonomia possível antes da abolição. A liberdade jurídica não possibilitou uma passagem imediata para a cidadania plena. “Devemos relativizar, pois, a ideia de que existiu uma ‘transformação’ (ou substituição) mecânica e natural de trabalho escravo para o trabalhador (dito) livre. Tampouco ocorreu um processo histórico conduzido por algum tipo de aperfeiçoamento” (p.412-413).

A regulamentação do mercado de trabalho só ocorreu nas primeiras décadas do século XX, sob pressão da classe trabalhadora. No mundo oitocentista ocorria uma complexa combinação de mão de obra livre e escrava e até estrangeira. Isso ocorria na Fábrica de Ferro São João de Ipanema (Sorocaba), desde a sua fundação, em 1811, nas oficinas da Ponta da Areia (Rio de Janeiro), na fábrica de chapéus Costa Braga & Cia, em oficinas de charutos e até na Estrada de Ferro da Companhia Paulista (1871), na estrada de ferro da Bahia ao São Francisco, entre 1858 e 1863. “Mais uma vez, estavam todos os mais diferentes trabalhadores ‘juntos e misturados’ nos afazeres ferroviários” (p. 415).

Comentários

Os autores buscam desmistificar o traçado histórico que envolve a abolição da escravatura com novas formas de trabalho (imigrante, principalmente), o que gera terríveis enganos e só alimenta o

preconceito étnico e social. De fato, não foi em um estalar de dedos que a força trabalhadora escrava se extinguiu e foi substituída – pelo contrário, o texto nos informa que uma revolução trabalhista só ocorreu no início do século XX. As formas de escravidão no trabalho se mesclam e se perpetuam até hoje, na ausência de direitos e na descaracterização do indivíduo-operário enquanto ser humano.

Valongo

*** Carlos Eugênio Líbano Soares**

Em “Valongo”, Carlos Eugênio Líbano Soares retoma a história do Cais do Valongo. Quando da revitalização da zona portuária do Rio, dois cais de pedra foram encontrados: o Cais da Imperatriz (1843) e o Cais do Valongo (1811). “O Cais do Valongo foi o mais importante entreposto negreiro da cidade na época de intenso tráfico de escravos africanos no país (1774-1831)” (p.414). Tombado pelo IPHAN e reconhecido pela UNESCO como Patrimônio da Humanidade (9/7/2017). O complexo do Valongo é constituído pela rua do Valongo, com suas lojas de venda, pelo Cemitério dos Pretos Novos, pelo Lazareto dos Escravos (1810) e pelo Cais do Valongo (1811). A área ficou conhecida como Pequena África, termo popularizado no século XX (Heitor dos Prazeres). O cais do Valongo construído na gestão de Dom João VI, em 1813, transformou-se no único local legal para desembarque, venda e revenda de cativos. Do Valongo saíam navios para todas as Provinciais. O Lazareto (1810), obra particular gerenciada pelos traficantes, acolhia os escravos que chegavam doentes. “Quase um quarto dos escravos vindo da África eram portadores de enfermidades” (p.423). O Cemitério dos Pretos Novos, criado em 1722, só perdeu seu uso, em 1831, nesse período recebia os mortos no desembarque ou após (10 %). “Na realidade, esse não chegou a ser um cemitério, mas sim uma imensa vala, onde os corpos cativos eram jogados “(p.423). Desativado, em 1831, o complexo do Valongo é reativa em 1843, armazéns de café tomam a área do Valongo, agora batizado como rua da Imperatriz.

Comentários

Soares retoma em seu texto o tema da morte e da apatia com o ritual fúnebre para com o negro, abordado pela Cláudia Rodrigues. Os corpos dos negros mortos nos navios do tráfico eram despejados sem qualquer humanização. Era o depósito dos produtos que não podiam ser comercializados – e tanto era sua inclinação materialista, que mais tarde se tornaria uma área tomada por armazéns de café.

Pontuações finais

O conjunto de verbetes sintetizados neste artigo deixa claro a dimensão sistêmica da escravidão brasileira e o conluio íntimo entre política e escravidão no Império, como nos relembra Tamis Parron. As forças políticas conservadoras, gradualmente, instauraram a *política do contrabando* negreiro no país, que acabou transformando um problema jurídico ou econômico numa política paramentar, que se opunha ao antiescravismo em todas as esferas da sociedade. “Da crítica à lei, os líderes regressistas tinham passado à defesa do contrabando”¹⁴.

À medida que entramos em contato com o conteúdo dos verbetes cresce a percepção do quanto as heranças da casa-grande, ainda, se fazem presentes em nossa sociedade. Heranças que na atualidade passaram a ser verbalizadas com a maior naturalidade: “O Brasil não tem dívida histórica com a escravidão”; “Os portugueses nem pisaram na África, foram os próprios negros que entregaram os negros”. Visão distorcida, preconceituosa e discriminatória que revela um desconhecimento brutal do nosso passado histórico.

Bem nos lembram os organizadores do *Dicionário*:

Depois de 130 anos de extinção da escravidão, existem, porém, permanências fortes teimosas na sociedade brasileira. O racismo continua estrutural no país, e continua inscrito no presente, de forma que não é possível apenas culpar a história ou o passado (...). Por fim, o trabalho escravo, mesmo que informal, está longe de se encontrar extinto no país. Não se escapa ao fato de ter sido a última nação a abolir a escravidão mercantil sem guardar marcas fortes e consolidadas, observadas facilmente nos dias de hoje (p.41).

O *Dicionário*, sem ter esta intenção, realiza um amplo balanço dos avanços realizados no âmbito das pesquisas sobre a diáspora afro-brasileira. Dois cadernos iconográficos confirmam visualmente fatos e análises presentes no texto.

Finalizo apresentando a bela sobrecapa criada por Jaime Lauriano, que pode ser transformada num magnífico pôster. O artista desenhou um mapa das regiões escravocratas com pomba branca, giz utilizado em rituais de Umbanda, e lápis dermatográfico sobre algodão preto. O resultado, simplesmente, fascinante.

O *Dicionário da Escravidão e Liberdade* desde suas primeiras páginas desperta o interesse dos leitores(as) pelo cuidado com o projeto gráfico, pensado nos seus mínimos detalhes, pela força dos

¹⁴ Para um maior aprofundamento ver PARRON, Tamis. *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p.148.

argumentos, das fontes arroladas e pelo perfil dos verbetes. De leitura agradável tanto para especialistas como para aqueles que se interessam pela nossa história. Leitura que nos desafia a uma compreensão mais profunda do nosso passado para pensarmos um presente e um futuro mais humano e solidário para nossa pátria.

Referências

ALONSO, Ângela. *Flores, votos e balas*. O movimento abolicionista brasileiro (1868-1888). São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

BRITO, Ênio José da Costa. *Leituras Afro-Brasileiras*. Contribuições Afrodiáspóricas e a formação da sociedade Brasileira, vol. 2. Jundiaí: Paco Editorial, 2018, p.115-160.

BRITO, Ênio José da Costa. Notas de Leitura: Verbetes das Letras “A” e “C” do Dicionário da Escravidão e Liberdade. In: *Rever*, v.18, nº 2, mai/ago, 2018, p.217-231.

BRITO, Ênio José da Costa. Notas de leitura do Dicionário da Escravidão e Liberdade. [Prelo]
CARDOSO, Ciro Flamarion. *El modo de producción em América Latina*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1973.

COSTA e SILVA, Alberto. *Francisco Félix de Souza*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 2004.

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1978.

MARQUESE, Rafael; Salles, Ricardo (Orgs.). *Escravidão e capitalismo histórico no século XIX*. Cuba, Brasil e Estados Unidos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

PARRON, Tamis. *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

PEREIRA, Júlio César Medeiros da silva. *À flor da terra: o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Gramond Universitária; Iphan, 2007.

REDIKER, Marcus. *Navio Negreiro*. Uma história humana. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio*. Propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850). Campinas: Editora UNICAMP/CECULT, 2000.

SALLES, Fritz Teixeira de. *Associações religiosas no Ciclo do Ouro*. Introdução ao estudo do comportamento social das irmandades de Minas Gerais no século XVIII. São Paulo: Perspectiva, 2007 [1963].

SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos. *Dicionário da Escravidão e Liberdade*. 50 Textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. São Paulo: EDUC, 2001.

SILVA, Eduardo. *As camélias do Leblon e a abolição da escravatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SILVA, Egnaldo Rocha da. *Campesinato negro: conflito e luta pelo acesso e permanência na Terra do Baixo Sul da Bahia (1950-1985)*. Tese de Doutorado em História Social. São Paulo: PUCSP, 2018.